

DIÁLOGOS SOBRE AUTISMO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: PROJETO DE ENSINO

DIALOGUES ON AUTISM IN TEACHER TRAINING: TEACHING PROJECT

Shirley de Lima Ferreira Arantes

Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) - BRASIL

E-mail: shirley.ferreira@uemg.br

RESUMO

O artigo apresenta e discute um projeto de ensino em desenvolvimento na licenciatura em Pedagogia, que visa contribuir para a qualificação de futuros professores da educação básica para a atuação junto a crianças autistas. Nesse projeto o conhecimento sobre os autismos, no plural, devido à singularidade de cada criança e, também, às particularidades das diversas concepções teóricas da psicologia para o campo, é visto como um instrumento potente de produção de novos significados e de ruptura dos estereótipos e preconceitos que dificultam a inclusão escolar, como a ideia de adaptação passiva da criança ao contexto da sala de aula. São descritas atividades na interface ensino-pesquisa-extensão, e desenvolvidas algumas reflexões sobre os pressupostos teórico-metodológicos a partir dos quais se almeja contribuir para a difusão de temas mais específicos da educação inclusiva desde a formação inicial de professores, com o potencial de fortalecer práticas educativas intencionadas a acolher e legitimar as diferenças.

PALAVRAS-CHAVE: Autismo, Formação de Professores, Psicologia, Educação Inclusiva, Universidade do Estado de Minas Gerais.

ABSTRACT

The article presents and discusses a teaching project in development in the Pedagogy bachelor course, aiming at contributing to the qualification of future teachers in basic education for work with autistic children. In this project, knowledge on autisms, in plural because of the singularity of each child and also of the specificities from different theoretical psychological conceptions to the field, is seen as a potent instrument for the production of new meanings and the rupture with stereotypes and prejudices hampering school inclusion, such as the idea of child's passive adaptation to the classroom context. Activities in the research-extension-education interface are described. Some reflections on the theoretical-methodological assumptions are developed and, based on that, the article aims at contributing to the dissemination of more specific themes in inclusive education, such as early education for teachers, with the potential to strengthen educational practices for accepting and legitimizing differences.

KEYWORDS: Autisms. Teachers' Education. Psychology. Inclusive Education.

1. INTRODUÇÃO

O projeto de ensino **Diálogos sobre Autismo na Formação de Professores**, em desenvolvimento na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) desde o ano de 2019, é uma proposta de abordagem ao campo dos autismos na formação inicial de professores, por meio de atividades de ensino e pesquisa em interface com a extensão, com o propósito de contribuir para a qualificação de futuros professores da educação básica para a atuação junto a crianças autistas.

Esse tema é relevante e urgente, pois, ao lidar com crianças que não se encaixam nas normas padronizadas e, desta forma, escapam à lógica da escola “para todos”, diretores, professores e auxiliares de apoio experimentam muitas dúvidas e inquietações. Para Ferreira e Vorcaro (2017, p. 109), é importante que tais angústias não impeçam que os professores possam realizar a pergunta mais importante no encontro com a criança autista na escola: “O que podemos fazer por ela?”, que sinaliza a existência de um movimento de inclusão e superação do espanto e da angústia frente às diferenças, apontando para espaços de ação dos sujeitos na escola: “[...] como trabalhar para que uma criança autista realmente esteja dentro da escola – com tudo que isso implica – e não à margem, mais fora da sala de aula, mais com o auxiliar de apoio que com a professora e os colegas?” (FERREIRA; VORCARO, 2017, p. 110).

Também acreditamos que esse trabalho é possível, necessário e urgente. Ao longo dos anos de docência na disciplina de Psicologia da Educação nas licenciaturas, e das experiências vividas e compartilhadas com nossos alunos, tanto aqueles que já atuam como professores, como dos estagiários, testemunhamos práticas educativas de inclusão escolar, calcadas no reconhecimento ético da humanidade, da singularidade e das possibilidades educativas de crianças com diversas condições diagnósticas e com deficiências. Há muitas pessoas sensíveis e implicadas com o bem-estar das outras pessoas atuando na educação, e é preciso alcançá-las e fortalecê-las com conhecimentos teórico-práticos que sejam úteis à sua ação pedagógica.

Entretanto, colhemos também depoimentos que reproduzem desinformação, insegurança, ignorância, preconceito, medo, e até desprezo em relação às crianças com autismo, outras condições diagnósticas e com deficiências, como o uso da expressão pejorativa “menino de laudo”. Esses aspectos emergem através de múltiplas formas de violência subjacentes às práticas cotidianas de diversos agentes escolares.

No campo da lei, a rede regular de ensino no Brasil está legalmente configurada como um espaço de inclusão e diversidade. A Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, estabelece no art. 1, parágrafo 2º, que a pessoa com TEA é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais. E, o direito à educação de pessoas com deficiência ou necessidades educacionais individuais é preconizado na Constituição Brasileira (BRASIL, 1988) e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996). O art. 54 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) determina que é obrigação do Estado garantir atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Em casos muito específicos, a criança pode se beneficiar do acesso à instituição educacional especializada.

Contudo, apesar dos avanços das normas, uma breve consulta ao buscador *Google* apresenta várias reportagens, veiculadas por diferentes mídias, que denunciam as dificuldades enfrentadas nessa relação família-criança-escola nos dias atuais¹. Desse modo, apesar dos avanços conquistados na

¹ Pais de crianças com autismo têm dificuldades de fazer matrícula escolar. Casal procura vagas para dois filhos autistas em escolas de Belém. Eles reclamam que sempre tem respostas negativas para os filhos. Disponível em:

legislação brasileira, das lutas das associações de pais, educadores, dos movimentos sociais organizados e das redes de atenção psicossocial, muitas vezes, no cotidiano escolar, crianças autistas vivenciam múltiplas formas de exclusão e de violência no interior da escola. Portanto, ainda há muito por se fazer para que a lei se cumpra e a efetiva inclusão de crianças com deficiência e outros diagnósticos no ensino regular se concretize.

Nesse cenário, o presente trabalho focaliza a formação inicial de professores. Diversos autores têm evidenciado as contribuições dessa etapa para o fortalecimento da educação especial e inclusiva em sua transversalidade no percurso formativo, sinalizando, porém, as contribuições da oferta de componentes curriculares mais específicos (PAPI, SANTOS, MOTA, 2014; PEREIRA, GUIMARÃES, 2019; PIMENTEL, FERNANDES, 2014; PINHEIRO *et al*, 2020), que podem favorecer a ampliação dos repertórios de ação dos professores, subsidiando as práticas pedagógicas no contexto da sala de aula.

Pereira e Guimarães (2019), que realizaram análise documental e bibliográfica acerca da educação especial (EE) em cursos de licenciatura em Pedagogia ofertados pelas Universidades Federais do Estado de Minas Gerais, indicam que o espaço destinado ao tema está aquém do necessário para dar sustentação à docência em uma perspectiva efetivamente inclusiva:

A EE ocupa um espaço restrito nos currículos, nos objetivos, no perfil do egresso, na CH, na organização das trajetórias formativas, o que representa uma lacuna na formação inicial. Essas evidências indicam a necessária ampliação do espaço da EE nos Cursos de Pedagogia e a formação contínua dos docentes nessa área no sentido de concretizar a educação inclusiva (PEREIRA; GUIMARÃES, 2019, p. 571).

Ainda, em referência ao estudo de Pereira e Guimarães (2019), é pertinente destacar o Quadro intitulado “Componentes curriculares (CC) relacionados à Educação Inclusiva e Educação Especial nos PPC de Pedagogia das Universidades Federais de Minas Gerais” cujo ano base é 2018 (recomenda-se cf. o artigo das autoras às páginas 578-579). Observando-se o Quadro, verifica-se que nenhum componente curricular ofertado focaliza especificamente o autismo.

Segundo Papi, Santos e Mota (2014, p. 67), a formação inicial em Pedagogia contribui para que os egressos compreendam o paradigma da inclusão. Porém, indicaram “[...] a relevância de uma formação mais especificamente voltada à prática em contextos inclusivos, com o intuito de melhor estarem preparadas para atender às diferentes necessidades educacionais presentes na escola”.

Outro aspecto abordado na literatura da área envolve a percepção de insegurança dos licenciandos para a educação especial e inclusiva (PAPI, SANTOS, MOTA, 2014; PIMENTEL; FERNANDES, 2014; PINHEIRO, *et al*, 2020).

Segundo Pimentel e Fernandes (2014, p. 172), “Os professores, com a prática, aprendem a lidar com o aluno com deficiência, porém, não contam com conhecimento teórico que apoie essa prática”. Assim, eles se queixam de não saber, ou saber pouco, sobre o público-alvo da educação especial e inclusiva, assunto não abordado ou abordado superficialmente no percurso da graduação. Em geral, seus

<http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2017/01/pais-de-criancas-com-autismo-tem-dificuldades-de-fazer-matricula-escolar.html> (G1, 04/01/2017).

Criança autista tem matrícula negada em 13 escolas. Na primeira escola onde o garoto foi aceito, ele ficou sem água porque a monitora ficou com medo que ele fizesse xixi na roupa. Disponível em: <https://bemminas.com.br/noticias/minas-gerais/crianca-autista-tem-matricula-negada-em-13-escolas/2619> (Bem Minas, 08/04/2019).

Criança autista é espancada por monitor em escola de BH. Em vídeo, suspeito dá tapas, puxa o nariz e ameaça o aluno. Disponível em: <https://noticias.r7.com/minas-gerais/crianca-autista-e-espancada-por-monitor-em-escola-de-bh-10082017> (R7, 10/08/2017).

conhecimentos são mais empíricos do que reflexivos, e, em meio à vastidão de informações disponíveis no universo da internet, há poucos recursos teórico-práticos para sua organização e elaboração.

É fundamental manter em perspectiva que tal sensação de insegurança envolve diversos aspectos da profissão docente e das condições de trabalho nos estabelecimentos escolares: “[...] passa também pelo provimento das condições objetivas necessárias (como redução do número de alunos em sala de aula, previsão de tempo para estudos de aprofundamento dos casos com os quais se depara o professor, entre outros)” (PAPI, SANTOS, MOTA, 2014, p. 69).

Portanto, considerando que a inclusão escolar de crianças autistas é um processo complexo e multifacetado, buscamos atuar junto aos estudantes das licenciaturas na preparação de solos férteis e caminhos abertos. Como o título do projeto enuncia, apostamos em uma perspectiva dialógica, aberta à diversidade de saberes e dos pontos de vista, em que a delicada construção do saber-fazer docente é estruturada pelo investimento no compartilhar de diferentes abordagens da psicologia, e de experiências na formação de professores.

Com base nessas considerações, o presente artigo visa apresentar e discutir aspectos do projeto de ensino “Diálogos sobre Autismo na formação de professores”. A próxima seção trata das estratégias metodológicas que sustentam o projeto de ensino na interface da pesquisa e da extensão. Em seguida, são apresentados e discutidos os principais resultados parciais do projeto, destacando-se o interesse e o envolvimento dos estudantes com as atividades e a temática. Por fim, nas considerações finais, enfatiza-se que essa receptividade confirma nossa percepção de que a educação pode contribuir para a transformação da realidade social e para o acolhimento humanizado de pessoas autistas e com outras condições diagnósticas na escola, e que este é um desejo dos licenciandos.

2. ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS DO PROJETO DE ENSINO

A etapa inicial do projeto de ensino consistiu na construção de uma disciplina optativa que pudesse favorecer a introdução de estudantes de licenciatura ao campo dos autismos, por meio da articulação de conhecimentos da psicologia e da educação. Conforme indicado por Pereira e Guimarães (2019), a oferta de componentes curriculares relacionados à Educação Inclusiva e Educação Especial nos PPCs de Pedagogia pode colaborar para a alteração do perfil de saída dos egressos, no sentido de percepção de maior segurança para a atuação na área.

A disciplina optativa tem o propósito de introduzir os estudantes da Pedagogia ao arcabouço teórico-metodológico de diferentes correntes da Psicologia, cujas concepções sustentam diferentes visões das pessoas autistas, bem como práticas educacionais que lhes são direcionadas.

Nesse percurso, os professores em formação podem explorar conhecimentos, e envolver-se enquanto sujeitos por meio de suas próprias identificações com diferentes pontos de vista teóricos. Cabe recordar que, o tornar-se professor se inicia na vivência pré-profissional, quando são incorporadas crenças e disposições relacionadas à atividade docente que persistem ao longo da vida (TARDIF, 2006). Essas crenças e valores podem ser afetados por novos conhecimentos adquiridos na trajetória, e mobilizados no aqui-agora das situações vividas.

Portanto, a postura ética e comprometida dos professores em relação à educação especial e inclusiva pode ser amplificada pela segurança outorgada por meio da construção de conhecimentos técnico-científicos atinentes às especificidades do desenvolvimento e da aprendizagem, com e contra características da condição diagnóstica da criança que se apresenta em sala de aula, ampliando sua percepção de segurança para a atividade docente.

A primeira oferta da disciplina ocorreu no contraturno das disciplinas obrigatórias, na modalidade presencial, no 1º semestre do ano de 2019. A partir do 2º semestre daquele ano a disciplina foi

construída na modalidade Educação à Distância (EaD) por meio da plataforma *moodle*. Essa mudança atendeu à demanda dos estudantes de ampliação do número de vagas e de flexibilização dos horários de oferta.

Para a mediação pedagógica na modalidade EaD utilizamos diferencialmente ao longo dos anos de oferta, diversas ferramentas colaborativas disponíveis no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) como fórum, WIKI, trabalhos em pequenos grupos, recursos de *feed back* e comentários, além da disponibilização de *links* para sites externos, acesso a vídeos educativos e artigos científicos. Os alunos produziram estudos dirigidos, textos, vídeos, podcasts e apresentações em *power point*, dentre outros formatos espontâneos como histórias em quadrinhos.

Bacan, Martins e Santos (2020, p. 11), destacam que na EaD “[...] o aproveitamento do curso depende prioritariamente da postura do aluno, que é estimulado a ter uma postura ativa”, portanto, lhe cabe “[...] assumir o controle de seus horários e criar um esquema de autocontrole para estudar e cumprir as tarefas”. Desse modo, com a diversificação de materiais e métodos buscou-se favorecer a motivação e participação dos estudantes na modalidade à distância.

Porém, longe de configurar uma proposta pronta e finalizada, a disciplina está em constante revisão e desenvolvimento.

Na primeira oferta solicitamos às discentes que respondessem um breve questionário de avaliação da disciplina. Nos períodos posteriores, introduzimos questões discursivas nas atividades, possibilitando um *feed back* constante.

Ao longo desses quatro anos, uma particularidade da disciplina é o acúmulo de relatos produzidos pelos estudantes, com destaque para as vivências e intervenções realizadas nas escolas. Mediante a riqueza desse material, a médio e longo prazos, nossa meta é a elaboração de propostas que outorguem visibilidade aos trabalhos desenvolvidos pelos estudantes.

Em paralelo aos estudos empreendidos para a construção da disciplina, a segunda etapa do projeto de ensino tem como marco a submissão de um projeto maior de pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade, aprovado sob o CAAE: 40239320.8.0000.5525. Desse modo, todas as pesquisas desenvolvidas no âmbito do projeto de ensino estão integradas às diretrizes desse projeto, observando aspectos éticos das pesquisas que envolvem seres humanos. Em nossa proposta, o ensinamento freiriano é radical: “Faz parte da natureza da prática docente a indagação, a busca, a pesquisa” (FREIRE, 1996, p. 32).

A partir do 1º sem. 2020 estudantes egressas da disciplina, licenciandas em Pedagogia pela UEMG/Unidade Ibirité, modalidade presencial, nos solicitaram orientação formal de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Com relação aos trabalhos já concluídos, Martins e Paz (2021) abordaram os usos das tecnologias assistivas na escolarização de crianças autistas, por meio da aplicação de questionários virtuais a estagiários e professores em atuação na educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental. Fernandes e Silva (2022) investigaram os fatores dificultadores e facilitadores das práticas educativas na escolarização de crianças autistas a partir das perspectivas de uma professora e uma estagiária de uma escola da rede municipal de Ibirité (MG), por meio da análise de entrevistas semiestruturadas. A comunicação científica dos resultados desses trabalhos está em andamento, bem como a orientação de outros trabalhos de conclusão de curso na Pedagogia, nas modalidades presencial e à distância, e também na licenciatura em Letras, na mesma universidade.

Ainda com relação às atividades formais de pesquisa científica, foi elaborado projeto de pesquisa, contemplado com bolsa de iniciação científica e bolsa produtividade, de revisão integrativa sobre a utilização de tecnologias assistivas na escolarização de crianças autistas (ARANTES; GONÇALVES, 2022).

A ideia de disseminação e compartilhamento de conhecimento científico sobre os autismos que sustenta o projeto parte do pressuposto de que estes saberes devem estar acessíveis aos professores em formação. Por conseguinte, assume-se o propósito de divulgação científica das atividades desenvolvidas e seus resultados, por meio de publicações e participações em eventos científicos.

Desse modo, foi realizada palestra de abertura da 10ª Semana do Curso de Letras da UEMG/Unidade Ibirité², que abordou aspectos do Transtorno do Espectro Autista (TEA) e desenvolvimento das funções executivas, destacando na escolarização de crianças autistas, em perspectiva inclusiva, a importância da construção do Plano de Ensino Individualizado (PEI) e das adaptações curriculares, dos processos socializadores e comunicativos.

Nessa palestra também abordamos a importância do diagnóstico. O diagnóstico feito a tempo favorece a intervenção precoce, considerando a maturação cerebral do organismo e da constituição psíquica e é diferente de um diagnóstico fechado que induz a uma posição estática e obstaculiza a abertura de espaços para as intervenções que favorecem a construção subjetiva: “O diagnóstico oferta um lugar social, promotor de identificações, que cumpre uma função psíquica” (ALMEIDA; NEVES, 2020, p. 9), tensionamos, ainda, os atravessamentos da classe social na obtenção do diagnóstico e no acesso aos dispositivos de cuidado.

Consideramos o diagnóstico um instrumento garantidor de direitos sociais. Nessa direção, a condição diagnóstica expressa no laudo pode auxiliar o professor na busca de ferramentas pedagógicas e formação específica. Visto dessa forma, o laudo diagnóstico não é considerado um ente si, mas um documento com o qual dialogar. Enquanto docentes, temos de nos haver com as especificidades que a condição diagnóstica expressa no laudo pode impor ao processo de escolarização. Logo, não se trata de rotular ou estereotipar a criança. Mas de reconhecer a diversidade presente na escola, de fazer um movimento de inclusão escolar.

Quanto às funções executivas, acompanhamos Czermainski, Bosa e Salles (2013, p. 518), quando afirmam que: “[...] componentes executivos preservados e disfuncionais têm sido identificados no TEA, corroborando estudos prévios que apontam progressão desenvolvimental típica e atípica das funções executivas nessa condição”.

Com relação aos aspectos contextuais, foi abordada a importância de políticas públicas afirmativamente inclusivas, como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), que promovem a universalidade do acesso à escola, preconizando um processo educativo norteado pelo conceito da diferença, o que demanda a ruptura com a rígida demarcação dos tempos e espaços para o aprender.

Nesse íterim, a importância da avaliação individualizada da necessidade de adaptação dos materiais escolares, das condições de execução das atividades e das estratégias de avaliação do desempenho escolar são fundamentais. Assim, as adaptações curriculares são consideradas uma das chaves do processo de inclusão, pois visam alcançar as vias de acesso do aluno, por meio da identificação de suas dificuldades, mas, sobretudo, potencialidades, habilidades e interesses. Isto demanda de um currículo flexível e de uma aproximação entre professor regente, professor de AEE e auxiliar de apoio, envolvidos na avaliação constante do processo de ensino e aprendizagem e das metas progressivamente construídas.

Cabe enfatizar que, embora o projeto esteja sistematizado em etapas, as atividades ocorrem de modo paralelo e integrado.

² “Letras em Movimento: Humanidade, Formação e Ensino”, que homenageou a psicóloga e pedagoga russa Helena Antipoff (1892-1974). Intitulada “A escolarização de crianças autistas em uma perspectiva inclusiva”, a palestra foi proferida em 16/11/2022.

3. DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO PROJETO DE ENSINO

A Figura 1 apresenta a Ementa, os Objetivos e o Conteúdo Programático da disciplina optativa construída como um curso de introdução aos autismos, por meio de abordagem generalista, marca da formação em psicologia da autora na Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), onde o curso da graduação estava alocado no “Departamento das Psicologias”.

Algumas vantagens de uma abordagem generalista em um projeto de ensino focado nos autismos na etapa inicial da formação de professores devem ser elencadas.

Quando o professor interroga: **qual a origem do autismo? Que características o definem? Quais tratamentos são considerados? Qual o papel da educação na abordagem à criança diagnosticada autista?** É importante resguardar o seu direito de conhecer o amplo leque de respostas disponíveis, silenciando nossos anseios de oferecer respostas prontas, receitas únicas e técnicas miraculosas de intervenção, impondo nossos próprios de vista.

Com essas questões em perspectiva, mas sem proceder a uma descrição exaustiva das Unidades do curso, alguns aspectos serão pontuados.

A Unidade 1 propõe o debate sobre as definições de saúde e doença, do que é normal e do que é patológico, do que pode ser considerado deficiência e de quem pode ser considerado pessoa com deficiência em nossa sociedade, implicando processos identitários, atitudes sociais, prescrições normativas, trajetórias individuais e coletivas. Para esta reflexão acompanhamos a leitura de Canguilhem de Gaudenzi e Ortega (2016, p. 3068): “[...] o saudável é normativo, isto é, capaz de enfrentar as injúrias do meio a partir da criação de novas normas de funcionamento”. Portanto, esta é uma possibilidade para os corpos típicos e divergentes:

Parece-nos, portanto, mais interessante – em termos éticos e políticos – considerar, assim como faz Canguilhem, a deficiência como modalidade de vida qualitativamente distinta. Deste aspecto, o deficiente não deve ser ajustado à norma social, mas deve ter o direito de normalizar por si mesmo sua própria vida de acordo com suas potencialidades (GAUDENZI; ORTEGA, 2016, p. 3068).

EMENTA
A disciplina apresenta aos professores em formação uma abordagem introdutória e generalista ao autismo, por meio do aporte de diferentes correntes teóricas, ABA, Psicanálise, neurociências e experiências exitosas em educação, com o propósito de evidenciar no percurso múltiplos olhares e discursos com os quais os professores podem vir a estabelecer diálogos em suas práticas educativas cotidianas.

OBJETIVOS
- Identificar diferentes perspectivas de abordagem ao autismo;
- Compreender a relevância de cada abordagem mediante a complexidade do diagnóstico para a criança autista, para sua família, e para a escola;
- Interrogar as teorias acerca de suas contribuições para o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças autistas no campo escolar;
- Constituir um espaço de elaboração e ressignificação das vivências e experiências dos professores que acompanham crianças autistas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
UNIDADE 1. Questões preliminares para pensar a deficiência: os conceitos de saúde e doença, o normal e o patológico
UNIDADE 2. Como funciona o cérebro? Noções básicas de neuroanatomia e do funcionamento do SNC.
UNIDADE 3. TEA - DSM-V: critérios diagnósticos x marcos de desenvolvimento das crianças neurotípicas.
UNIDADE 4. Contribuições da ABA para o manejo do autismo na escola.
UNIDADE 5. Contribuições da Psicanálise para a abordagem da criança autista na escola.
UNIDADE 6. A escola, os educadores e o autismo: limites e possibilidades.

Figura 1 – Parte do Plano de Ensino da disciplina: “Diálogos sobre autismo na Formação de Professores”
Fonte: Autoria própria, 2019.

Assim, o projeto difunde a noção de que as definições de deficiência não se limitam ao escopo biológico, mas devem ser pensadas em sua dimensão social, histórica e cultural. A deficiência não é considerada uma verdade absoluta ou acaso da natureza, mas resulta de uma construção social marcada pela “ilusão da saúde”³. Enquanto processo histórico essa definição é um ato político e, portanto, existem interesses em jogo, que dizem respeito às disputas entre os grupos sociais e ao estatuto outorgado aos sujeitos na sociedade, ao direito a ter direitos, às relações hierarquizantes e de subordinação.

Outra tensão que confrontamos ao longo das Unidades temáticas da disciplina envolve a cautela necessária quanto aos diagnósticos apressados, aos estereótipos e aos estigmas que podem produzir. Assim, abordamos os efeitos nocivos da medicalização enquanto recurso para o silenciamento e o apagamento da criança autista, em casa e na escola, e as lutas que devemos travar frente à intolerância com as diferenças.

Ao mesmo tempo, sensibilizamos os estudantes para a necessidade de assegurar às crianças a garantia do direito ao diagnóstico precoce, para que haja cuidados, por meio de dispositivos de assistência à saúde e educação especializada, evidenciando que, em qualquer perspectiva teórica que assuma a plasticidade cerebral como pressuposto, a precocidade desses cuidados é afirmada como aspecto importante para a abertura e a expansão das janelas de desenvolvimento.

Não obstante, além da profusão de vozes que ecoam na *web*, é preciso manter em perspectiva que os conhecimentos sobre os autismos, múltiplos e diversos, são engendrados no interior de campos científicos e subcampos em disputa, por prestígio, legitimidade e poder. Sabemos, com Bourdieu (2004), que a produção científica não é neutra e tampouco desinteressada, pois é atravessada por relações de poder e concepções ideológicas.

Rodrigues e Angelucci (2018) examinaram a literatura focada na escolarização de crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), evidenciando o saber-fazer docente em determinada posição:

A análise de conteúdo revela a manutenção da relação da Educação Especial com uma perspectiva de reabilitação em Saúde, fazendo com que o professor suponha que precise se submeter a um saber biomédico para poder ensinar seu aluno. Dessa forma, aquilo que se entende como escolarização de crianças diagnosticadas com TEA continua muito próximo da clínica da normalização (RODRIGUES; ANGELUCCI, 2018, p. 545).

Nesse sentido, a Análise do Comportamento Aplicada (*Applied Behavior Analysis* - ABA), tem sido frequentemente associada ao autismo, como estratégia baseada em evidências científicas, segura e eficaz. Essa reivindicação de legitimidade repercute no favorecimento dos agentes especializados na área nas políticas que incidem sobre a cobertura dos planos de saúde, com impactos também para as terapêuticas asseguradas pelas políticas de Estado⁴.

³ Esta expressão foi utilizada por Ângela Vorcaro, Psicanalista, Doutora em Psicologia Clínica, Professora da Pós-Graduação em Psicologia da UFMG, Membro do Laboratório Educação e Psicanálise (LEPSI-USP/UFMG) e do Centro de Pesquisa OUTRARTE (UNICAMP), Supervisora Clínica, em fala proferida em 07/07/2020, na live “A importância do saber dos pais na clínica com crianças”, promovida pelo Espaço Nardin (@espaconardin).

⁴ Como exemplo, a Portaria Conjunta nº 14, de 29 de julho de 2022, do Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Especializada à Saúde, e Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde, a qual “Aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas do Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade”, onde se lê no item 7.1.1. Terapia cognitivo comportamental: “As intervenções comportamentais são a forma de tratamento psicológico mais bem estabelecido, recomendado e amplamente utilizado”.

Não obstante, na pesquisa de revisão integrativa que realizamos com o apoio do Programa de Bolsa de Produtividade da UEMG, e participação de bolsista de iniciação científica, versando sobre a utilização de tecnologias assistivas na escolarização de autistas no Brasil, observamos:

Os resultados desta revisão sugerem a predominância do uso de TA para o desenvolvimento de habilidades comunicativas de alunos autistas matriculados na Educação Infantil e Ensino Fundamental/Anos Iniciais, o que nos permite inferir a preocupação com o desenvolvimento na primeira infância, principalmente por meio de estímulos visuais, bem-sucedidas em seu propósito de estimular a repetição de determinados comportamentos, muitas vezes de forma superficial e mecânica, sem a elaboração de um significado verdadeiro, como ato completo de pensamento. Desse modo, nos parece pertinente considerar que o uso das TA com crianças autistas à luz das teorias cognitivo-comportamentais, dista do necessário aprofundamento no processo de socialização em contexto. Com esse investimento em recursos padronizados, os trabalhos abordados no estudo destacam que as diferenças abrangidas pela noção de espectro inerente à concepção do transtorno, e as singularidades, são pouco investidas no processo individual e coletivo de escolarização, desenvolvimento e inclusão (ARANTES; GONÇALVES, 2022, p. 30-31).

Tais repercussões concretas do monopólio dos saberes e das práticas da intervenção clínica sobre os autismos sinalizam os interesses financeiros que estão em jogo nessas disputas. Por essas razões, em “Nota ao leitor brasileiro” para o livro “A batalha do autismo: da clínica à política” de Laurent (2014), Vieira e Silva (2014, p. 11) afirmam: “[...] a batalha do autismo é, assim, igualmente a batalha pela diversidade de abordagens. Apenas nessa variedade o trabalho do sujeito pode ter lugar efetivo. Essa é a luta da psicanálise”.

As palavras de Vieira e Silva (2014) reverberam em nosso trabalho. Sabemos que receitas “infalíveis” são marcadas por sua falibilidade. Assim, nos importa construir um trabalho de base que introduza o professor, desde o início, ao exercício complexo de reflexão sobre a teoria e a *práxis*. Trata-se do desafio de introduzir o professor ao campo de problemas e às tensões que envolvem o tema do autismo, fomentando sua autonomia em suas práticas educativas. Desse modo, será capaz de reconhecer a existência de diferentes abordagens aos autismos, diversamente concebidos na Psicologia, e interrogar estas Psicologias acerca de suas contribuições para o trabalho docente.

Em detrimento de quaisquer críticas que se possa fazer à Análise do Comportamento, consideramos que o ganho principal para o estudante de licenciatura é o conhecimento sobre a abordagem posicionada em perspectiva contrastiva com outras concepções de sujeito, favorecendo suas interlocuções com equipes multi e interdisciplinares.

Assim, a partir do estudo da Unidade 4, e em uma perspectiva de integração das diferentes unidades do curso, o estudante pode vir a compreender que o método “ABA-Autismo” não existe. Muito do que se chama ABA, na internet e também na vida real, não poderia de fato ser qualificado como tal. E, para manejar princípios de ABA é necessário estudo, formação e aperfeiçoamento constantes. Sobretudo, que nem todo sujeito se dobra à modelação e ao treino, que essa repetição pode dificultar o pensamento abstrato, reflexivo e autônomo, que a aquisição da linguagem não é um mero automatismo, e assim por diante.

Ao longo da disciplina falamos sobre a diversidade de configurações clínicas possíveis para os autismos, encerradas na noção psiquiátrica e comportamentalista de “espectro”.

Contudo, na Unidade 5 que versa sobre as contribuições da Psicanálise, por meio do trabalho de Ferreira e Vorcaro (2017, p. 77), cujo estudo recomendamos ao leitor, as autoras nos dizem: “[...] a psicanálise não nos deixa esquecer que a palavra não é sem efeitos sobre um sujeito e sobre os que o cerca, podendo, inclusive, fixar um destino, a palavra ‘espectro’ não está colocada para nós como o que define a condição de um autista”.

Desse modo, as autoras realçam a singularidade de cada criança, de suas características e interesses, de sua história de vida e percurso escolar. Corroboram com a impossibilidade de receitas prontas para a ação docente e restituem ao professor o lugar de sujeito em sua atividade. Assim, a inclusão das crianças autistas é perpassada pelo trabalho de suportar as diferenças e suas manifestações, de construir com elas possibilidades criativas de comunicação, de pressupor potencialidades cognitivas e criativas e desenvolvê-las. Por conseguinte,

Incluir não é só permitir sua entrada na escola regular. Esse é só o ponto de partida. Incluir pressupõe saber que não se trata de um projeto de fazer a criança se adaptar à escola. Não raro, trata-se de fazer uma torção nessa lógica: trabalhar para que a escola possa se adaptar à criança. Isso não é fácil transmitir e consolidar no cotidiano escolar (FERREIRA; VORCARO, 2017, p. 111).

Por conseguinte, a disciplina contribui para que o estudante de licenciatura possa responder com mais recursos à pergunta fundamental “o que é autismo?”. Como dito, as respostas possíveis no universo da Psicologia nos indicam muitas direções sobre as quais o trabalho deve incidir, e novas questões a responder nas práticas pedagógicas.

Outra dimensão importante desse ordenamento da disciplina envolve o fato de que, para o estudante de licenciatura, há muita informação disponível sobre os autismos na internet, o que é importante para a ruptura de estigmas e tabus em relação ao tema.

Portanto, o trabalho de identificação, seleção e organização de informação científica e eticamente comprometida para os licenciandos acentua o caráter de divulgação científica do presente projeto de ensino, e, por conseguinte, de sua dimensão extensionista.

Não obstante, os alunos são estimulados a realizar buscas orientadas e a compartilhar os resultados das suas buscas. Esse exercício contribui para a configuração dialética de uma espécie de bússola de navegação sobre os autismos na *web*, cotejando com conceitos, termos e vocabulários introduzidos na disciplina. Desse modo, a partir da participação no projeto de ensino, as buscas dos estudantes sobre autismo passam a ser orientadas por novos descritores, mais específicos, internalizados a partir dos estudos das unidades, e referenciados aos conhecimentos científicos apreendidos na graduação.

Na Unidade 6, confrontamos a questão da oferta de atividades diferenciadas para as crianças autistas na escola. O objetivo da Unidade é colocar em diálogo as vivências dos estudantes – seja como estagiário auxiliar de apoio de crianças com autismo e outras deficiências, seja como professores que já atuaram ou atuam na educação básica com crianças autistas e outras deficiências, seja como estudantes envolvidos com o assunto no percurso da graduação – com a literatura especializada no tema, por meio do recurso metodológico “Relato de Experiência”, trabalho final da disciplina.

Em relação à literatura especializada no assunto, selecionamos dois artigos disponibilizados no AVA, com o fito de pensar objetivamente o cotidiano da escola, ampliando os pontos de vista sobre as problemáticas que emergem nesse contexto para a tecitura das próprias perspectivas.

O primeiro artigo (BARBERINI, 2016) é uma pesquisa qualitativa que investigou a existência de práticas pedagógicas diferenciadas para escolarizar alunos com autismo no ensino regular. O estudo foi realizado com professoras regentes que atuam nas Escolas A e B e atendem em suas salas alunos com autismo. Barberini (2016) mostra que as práticas pedagógicas não são homogêneas, e que há variações entre as Escolas A e B, entre outros resultados interessantes: a busca de formação constante pelas professoras; a proposta das professoras que esses alunos realizem as mesmas atividades que os seus colegas; a realização de adaptações curriculares quando necessário; o fato de que as professoras sempre apresentam assuntos do cotidiano da vida dos alunos para trabalhar temas em sala; dentre outros aspectos. Além disso, a autora também discute questões relevantes observadas em sala de aula, como, por exemplo, sobre a ajuda oferecida pelos colegas para as crianças autistas; sobre o uso

das atividades individuais e em grupo; dos exercícios de fixação; de materiais concretos e, assim por diante.

O segundo artigo (APORTA; LACERDA, 2018), também aborda uma pesquisa qualitativa com professoras regentes e enfatiza mais as adequações realizadas pela professora mediante a necessidade do trabalho individualizado com estratégias específicas para a criança autista. O principal resultado indica que a professora não deixou o aluno autista com atividades diferentes em relação à toda a turma, mas ofereceu a ele condições diversificadas para a aprendizagem. Essas condições diversificadas envolveram a realização de sondagem inicial para conhecer as habilidades e dificuldades do aluno; a significação da presença da criança autista como aprendiz, como os demais alunos; e procedimentos especiais como desafiar-se a produzir conteúdo que seja significativo para a criança e capaz de alcançar as vias de acesso dela. Um exemplo trazido no texto diz respeito a leitura. A professora considerou que, mais importante do que identificar os diferentes gêneros textuais, por exemplo, seria enfatizar o desenvolvimento da leitura, de qualquer gênero. O menino Paulo apresentava uma fala ininteligível, mas a professora percebeu que, mesmo sem a fala, seria possível alfabetizá-lo. Também é relatada a adaptação de uma atividade da matemática para as necessidades do aluno, com o uso de instrução acessível, de mais folhas para armar as operações, e de suporte visual, estratégias que foram eficazes para a criança: “Julia não deixou Paulo com atividades diferentes de toda a turma, mas ofereceu condições para ele aprender com pequenas alterações dentro das atividades” (APORTA; LACERDA, 2018, p. 55).

Outros aspectos muito importantes poderiam ser abordados a respeito do escopo teórico do projeto e, mais especificamente, da disciplina. Para essa apresentação, passaremos a examinar alguns resultados objetivos da atividade.

A Figura 2 destaca a importância da modalidade EaD para a inclusão e participação de professores em formação no projeto de ensino, mostrando a ampliação do número de inscritos a partir dessa modalidade, que favorece a concomitância trabalho-estudo para os estudantes trabalhadores e, para os estudantes que não trabalham ou estão desempregados, diminui os custos com locomoção, lanches etc.

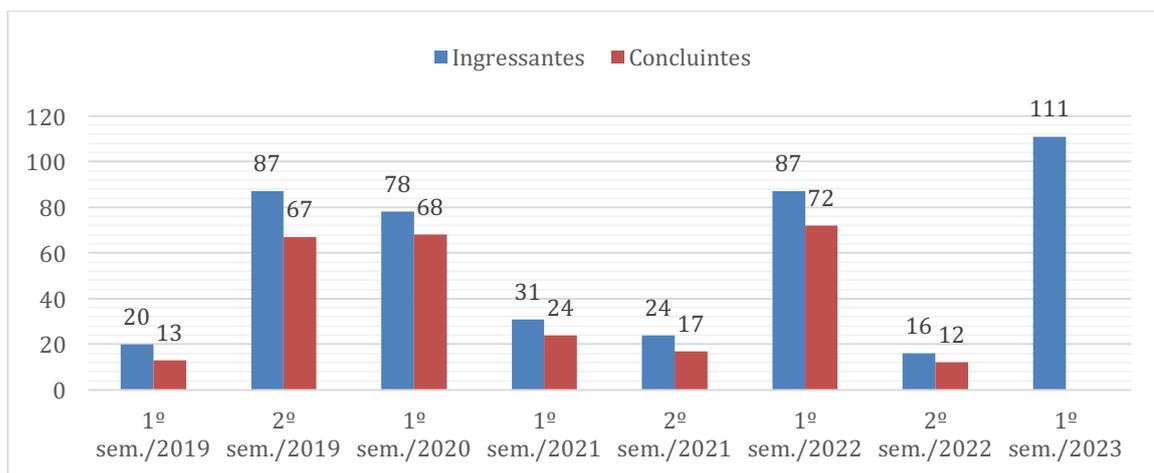


Figura 2 - Ingressantes e concluintes da disciplina “Diálogos sobre autismo na Formação de Professores”, UEMG/Unidade Ibirité, por semestre.

Fonte: Autoria própria, a partir de dados do Sistema Web Giz (2023).

No 1º sem. de 2019, foi aberta uma turma e trabalhamos presencialmente no contraturno das disciplinas obrigatórias. Matricularam-se estudantes do curso de Pedagogia. Nesse período, 65% das alunas foram frequentes e aprovadas com ótimo aproveitamento; 35% foram reprovadas por falta.

ARANTES, Shirley de Lima Ferreira. Diálogos sobre autismo na formação de professores: projeto de ensino.

Nos semestres posteriores (2º sem. 2019 e 1º sem. 2020), foram abertas turmas em ambiente virtual de aprendizagem (AVA - UEMG), por meio da plataforma *moodle*, o que ampliou o alcance no Curso de Pedagogia, e, também, favoreceu a inclusão de estudantes oriundos das demais licenciaturas da Unidade Ibirité (Matemática, Educação Física, Ciências Biológicas e Letras). Todas as vagas ofertadas foram preenchidas na inscrição inicial, e, assim, a disciplina não chegou a ser ofertada para outras Unidades da UEMG. O índice de reprovação diminuiu para 23% e 25%, respectivamente, por semestre, favorecendo a conclusão da maioria dos inscritos com bom/ótimo aproveitamento.

Em seguida, no contexto da pandemia da Covid-19 (1º sem. e 2º sem. 2021), a disciplina passou a acolher matrículas dos Cursos de Pedagogia presencial e à distância da Unidade Ibirité. Com todos os desafios e as dificuldades que o Ensino Remoto Emergencial (ERE) implicou, e a oferta massiva de disciplinas na modalidade à distância, observa-se declínio de matrículas no componente curricular.

No 1º sem. 2022, a disciplina foi ofertada como optativa/eletiva para outras Unidades da UEMG, alcançando número significativo de inscritos e diversificação dos cursos de graduação de origem dos estudantes. Verifica-se, portanto, aumento de matrículas e 83% de concluintes com bom/ótimo aproveitamento.

No 2º sem. 2022, mediante outros encargos assumidos pela professora regente, a disciplina foi ofertada somente nos Cursos de Pedagogia da Unidade Ibirité, com índice de reprovação igual a 25%.

No semestre atual, em andamento, a disciplina foi ofertada como optativa/eletiva para outras Unidades da UEMG, evidenciando-se importante interesse dos alunos pela temática.

O conjunto dos dados da Figura 1 mostra que, ao longo dos semestres, apesar das variações da oferta devido a fatores de diferentes ordens, a modalidade EaD favoreceu uma redução da taxa média de reprovação em relação à modalidade presencial, respectivamente 25% e 35%.

O Quadro 1 apresenta os resultados parciais da avaliação da disciplina, realizada através de questionário não identificado pelas cursistas do primeiro semestre de 2019, que concluíram a disciplina, sendo aprovadas (N = 13).

Crítérios de Avaliação	Sim	Não
A disciplina contribuiu para o aumento quantitativo de informações que você detém sobre autismo?	100%	0
É verdadeira a afirmação: “antes eu sabia menos sobre autismo do que sei hoje”.	100%	0
A disciplina contribuiu para o aumento qualitativo de informações que você detém sobre autismo?	100%	0
É verdadeira a afirmação: “antes eu sabia mais superficialmente sobre autismo do que sei hoje”.	84.7%	15.3%
As atividades avaliativas foram realizadas em número adequado?	100%	0
As atividades avaliativas estimularam você a estudar?	100%	0

Quadro 1 – Avaliação da disciplina pelos cursistas

Fonte: Autoria própria, a partir de dados coletados por meio de questionário autoaplicado aos discentes (2019).

A turma de concluintes era bastante homogênea; jovens mulheres, estudantes do curso de licenciatura presencial em Pedagogia, cursando a primeira graduação, boa parte inseridas na escola por meio de estágio remunerado no qual atuaram como profissionais auxiliares de apoio de crianças com diferentes condições diagnósticas.

O Quadro 1 mostra que suas percepções sobre a disciplina também são bastante homogêneas, sinalizando uma avaliação positiva em termos de contribuições efetivas para o aumento qualitativo e

quantitativo de seus conhecimentos específicos. As atividades avaliativas foram consideradas adequadas e pertinentes.

Com relação às questões discursivas, solicitamos às estudantes que indicassem três aspectos positivos e três aspectos negativos da disciplina. Em relação aos primeiros, para fins dessa apresentação, destaca-se o valor outorgado pelas estudantes à abertura dialógica da disciplina para a elaboração de suas vivências e experiências na escola com crianças autistas e outros quadros clínicos: “um diálogo compartilhado com todos sobre casos de crianças autistas” (Q1⁵); “Os relatos foram de grande importância para mim, pois me ajudarão a reagir em situações complicadas” (Q2); “Dar oportunidade de fala para as alunas foi uma ótima atitude” (Q3); “Disposição em ouvir e pegar as causas de cada uma” (Q10).

As estudantes também registraram suas contribuições para o desenvolvimento da disciplina: “poderia ter uma carga horária maior” (Q1); “foi uma matéria curta” (Q10); “Sugiro palestras com pessoas do meio” (Q11); “Poderia ter apresentado jogos voltados para as dificuldades” (Q11). A partir das contribuições das alunas a carga horária foi ampliada nos semestres subsequentes, e as estratégias didáticas adequadas à modalidade à distância.

Outro resultado relevante do projeto de ensino são os trabalhos de pesquisa realizados e em andamento. Nesta apresentação, focamos os TCCs (MARTINS; PAZ, 2020; FERNANDES; SILVA, 2022), a iniciação científica e bolsa produtividade, que colocam em jogo os usos das tecnologias assistivas por professores e estagiários, bem como questões voltadas às percepções desses agentes sobre a escolarização de crianças autistas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse trabalho foi possível evidenciar a importância da oferta de componentes curriculares que versem sobre tópicos mais específicos da área da educação especial e inclusiva, capazes de favorecer a percepção de segurança dos futuros docentes para a atuação pedagógica junto a esse público no cotidiano da educação básica.

Além disso, colocamos em tela a escolarização das crianças autistas, através de um projeto de ensino em interface com a pesquisa e a extensão. Esse projeto é caracterizado pela perspectiva dialógica, por meio de aportes de diferentes teorias da Psicologia e da Educação, que subsidiam uma construção crítica e contrastiva. Assim, tem sido possível envolver os estudantes com a temática, ampliando seus conhecimentos técnico-científicos no campo. Não obstante, considera-se que diferentes aspectos abordados a propósito da escolarização de autistas podem ser generalizados e refletidos em contexto mediante outras condições diagnósticas.

O presente trabalho buscou apresentar e discutir o projeto em tela, seus fundamentos teórico-metodológicos, escopo, metas e objetivos, as atividades desenvolvidas e em andamento, e os desafios enfrentados.

Referendados no estudo de Pereira e Guimarães (2019), pode-se afirmar que a primeira e mais abrangente atividade do projeto de ensino “Diálogos sobre Autismo na Formação de Professores”, objeto do presente trabalho, a qual consiste na oferta de disciplina optativa para os estudantes de Pedagogia da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) e outros cursos, sendo ofertada também como disciplina eletiva para outras Unidades da UEMG, é inovadora no âmbito das

⁵ Os questionários não identificados foram numerados sequencialmente para fins de registro e análise: Q1; Q2, e assim por diante.

ARANTES, Shirley de Lima Ferreira. Diálogos sobre autismo na formação de professores: projeto de ensino.

licenciaturas no contexto das universidades públicas do Estado de Minas Gerais, e contribui para a eliminação de uma lacuna na formação de professores.

Destaca-se o interesse e o envolvimento dos estudantes com as atividades do projeto e sua temática, por meio do qual tem sido possível abrir espaços para que se coloquem como sujeitos das aprendizagens significativas, apresentando ativamente suas próprias questões. Essa receptividade confirma nossa percepção de que a educação pode contribuir para a transformação da realidade social. Assim, reafirmamos nossa esperança e aposta em relação ao trabalho da escola e dos professores na inclusão das crianças com autismo. Vemos a escola como espaço privilegiado para a construção do laço social, por meio da convivência com as diferenças.

Afinal, se a vida de uma criança não se resume ao que se desenrola na escola, ainda assim, esse lugar constitui um espaço socializador fundamental na construção de sua identidade, da autoestima e de projetos de futuro. Por essa razão, ao investir na construção de “Diálogos sobre Autismo na Formação de Professores”, miramos uma ética de cuidado com as crianças autistas e com os professores que estarão com elas na escola. Esse cuidado envolve qualificar os professores, para que encontrem no curso da graduação pontos de partida que os auxiliem nas trilhas da própria atividade.

Assim, trata-se de alargar os espaços na formação inicial, para que a educação especial na perspectiva inclusiva se concretize nas escolas, e, nessa direção, há muito por se fazer.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Lopes; NEVES, Anamaria Silva. A Popularização Diagnóstica do Autismo: uma Falsa Epidemia? **Psicologia: Ciência e Profissão**, 2020 v. 40, e180896, 1-12. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003180896>

APORTA, Ana Paula; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Estudo de caso sobre atividades desenvolvidas para um aluno com autismo no ensino fundamental. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v.24, n.1, p.45-58, jan./mar., 2018. <https://www.scielo.br/j/rbee/a/D7Fwj7yXGJvCPJkwPkYGWRz/?lang=pt>.

ARANTES, Shirley de Lima Ferreira; GONÇALVES, Dara Cristina Fernandes. Tecnologias Assistivas e escolarização de crianças autistas no Brasil: o que diz a literatura? In: Eunice Nóbrega Portela... [et al.] **Educação em movimento: transformações e desafios na contemporaneidade**, v. 2. Itapiranga: Schreibern, p. 20-33, 2022.

BACAN, Aline Ribeiro; MARTINS, Gustavo Henrique; SANTOS, Acácia Aparecida Angeli dos. Adaptação ao Ensino Superior, Estratégias de Aprendizagem e Motivação de Alunos EaD. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 40, e211509, p.1-15, 2020. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003211509>.

BARBERINI, Karize Younes. A escolarização do autista no ensino regular e as práticas pedagógicas. **Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento**, São Paulo, v.16, n.1, p. 46-55, 2016. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-03072016000100006.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Edunesp, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

ARANTES, Shirley de Lima Ferreira. Diálogos sobre autismo na formação de professores: projeto de ensino.

CZERMAINSKI, Fernanda Rasch; BOSA, Cleonice Alves; SALLES, Jerusa Fumagalli de. Funções Executivas em Crianças e Adolescentes com Transtorno do Espectro do Autismo: uma Revisão. **Psico**, Porto Alegre, PUCRS, v. 44, n. 4, p. 518-525, out./dez. 2013.

FERNADES, Dara Cristina; SILVA, Nyanne da Rocha. **Dificultadores e facilitadores das práticas educativas na escolarização de crianças autistas a partir das perspectivas de uma professora e uma estagiária de uma escola da rede municipal de Ibitiré (MG)**. Trabalho de Conclusão de Curso, Licenciatura em Pedagogia. UEMG/Unidade Ibitiré, 2022 (*mimeo*).

FERREIRA, Tania; VORCARO, Ângela. (2017). Crianças que incluem: atravessando a exclusão de crianças autistas na escola – contribuições da Psicanálise para a educação, p.108-116. In: Tania Ferreira, Ângela Vorcara. **O tratamento psicanalítico de crianças autistas: diálogo com múltiplas experiências**. Belo Horizonte: Autêntica.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GAUDENZI, Paula; ORTEGA, Francisco. Problematizando o conceito de deficiência a partir das noções de autonomia e normalidade. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 10, p. 3061-3070, Out. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-812320152110.16642016>.

LAURENT, Eric. **A batalha do autismo: da clínica à política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

MARTINS, Flávia Maria; PAZ, Larissa Rayane Braga **As tecnologias assistivas como ferramentas de ensino e aprendizagem para alunos com transtorno do espectro autista**. Trabalho de Conclusão de Curso, Licenciatura em Pedagogia. UEMG/Unidade Ibitiré, 2021, (*mimeo*).

PAPI, Silmara de Oliveira Gomes; SANTOS, Edinéia de Fátima Paulino; MOTA, Maureen Daiane. Inclusão escolar e a formação docente no curso de Pedagogia. **Educação e Fronteiras On-Line**, Dourados/MS, v.4, n.12, p.56-73, set./dez. 2014. <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/3043>.

PEREIRA, Cláudia Alves Rabelo; GUIMARAES, Selva. A Educação Especial na Formação de Professores: um Estudo sobre Cursos de Licenciatura em Pedagogia. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, v. 25, n. 4, p. 571-586, Dez. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-65382519000400003>.

PIMENTEL, Ana Gabriela Lopes; FERNANDES, Fernanda Dreux Miranda. A perspectiva de professores quanto ao trabalho com crianças com autismo. **Audiol. Commun. Res.**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 171-178, jun. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S2317-64312014000200012>.

PINHEIRO, Jucilaine Araujo Bottega da Rocha; LIMA, Barbara Grace Tobaldini de; WIRZBICKI, Sandra Maria; DEUS, Andréia Florêncio Eduardo de. O estágio não obrigatório na formação de licenciados em ciências biológicas: um espaço de possibilidade formativa. **ACTIO**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 1-21, mai./ago. 2020. <http://dx.doi.org/10.3895/actio.v5n2.11709>.

RODRIGUES, Isabel de Barros; ANGELUCCI, Carla Biancha. Estado da arte da produção sobre escolarização de crianças diagnosticadas com TEA. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 22, n. 3, p. 545-555, set/dez 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/2175-35392018033904>.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 2006.